

29 MAR 1986 OPINIAL DO BRASIL

Renegociação este ano, uma possibilidade

Brasília — A renegociação global da dívida externa brasileira — incluindo a proposta de capitalização dos juros e a aplicação sobre todo o estoque da dívida dos mesmos **spreads** (taxa de risco) obtidos para 1985 e 1986 pode ocorrer muito antes do final do ano, ao contrário do que até recentemente previa o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, se os bancos credores forem receptivos às novas pretensões do governo brasileiro.

É com a idéia firme de antecipar esta “renegociação mais pesada”, como o ministro da Fazenda seguidas vezes denominou as tentativas de acordos plurianuais, que a equipe chefiada por Funaro parte no próximo dia 6 para Washington, onde estará reunido, até o dia 12, o comitê do Fundo Monetário Internacional.

O grupo, que quer sentir a disposição dos banqueiros e do governo norte-americano para com o Brasil,

depois da profunda reforma econômica implantada no país, é integrado ainda pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, pelo secretário-geral e pelo assessor para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista de Abreu e Luiz Gonzaga Belluzzo, respectivamente, e pelo secretário especial de assuntos econômicos do Ministério do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Júnior.

Na esteira do México

— Temos que sentir o clima, o ambiente. Precisamos também conversar com as autoridades mexicanas. Isto vai nos indicar que possibilidades existem para a antecipação e para a apresentação de propostas mais audaciosas — diz Luis Gonzaga Belluzzo.

As propostas mexicanas interessam muito ao Brasil, porque tudo que o México, hoje numa situação econômica extremamente difícil,

conseguir pode ser perseguido de perto pelo governo brasileiro. Aliás, no final do ano passado, o ministro Dilson Funaro previa que o aprofundamento da crise em países como o México, poderia criar um ambiente bastante favorável à renegociação da dívida brasileira em 1986.

É na esteira do tratamento que o México quer para os juros — a capitalização do percentual que ultrapassar 6% — que o governo brasileiro já arrisca também falar em capitalização, que até aqui sempre soou quase como um palavrão para os credores internacionais.

— O efeito imediato de uma capitalização, que permite o reinvestimento dentro do país de uma parte dos juros, é uma redução brutal dos encargos financeiros do setor público e das transferências líquidas para o exterior — explica o assessor para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda.

Como o Brasil hoje exporta 5% da sua poupança, na forma de juros e outros pagamentos do serviço da dívida, o efeito seguinte é, devido à maior retenção desta poupança nas fronteiras do país, uma disponibilidade de mais recursos para os investimentos produtivos.

Na questão dos **Spreads**, a aplicação do que foi conseguido para 1985 e 1986, ou seja 1,25% contra 2,25% que se pagava anteriormente, sobre todo o estoque da dívida é, segundo Belluzzo, “o mínimo que se pretende obter”.

O momento propício para o governo apresentar formalmente suas novas propostas ainda é uma incógnita. Mas as autoridades econômicas acreditam que com o plano de inflação zero, a despeito de ele contrariar frontalmente o receituário do FMI de combate à inflação, este tempo ficou muito mais próximo do que se imaginava.